



INFORMASSAN

RUMO À VI CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



apoio:

IBIRAPITANGA

INTRODUÇÃO

O **InformaSSAN** é um documento de posição/comunicação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) sobre as temáticas abordadas nas oficinas celebrativas de 25 anos da entidade. Ao longo de 2023, foram realizadas quatro oficinas, nas quais foram abordados temas e desafios fundamentais para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no cenário nacional e internacional, são elas : **1) O Enfrentamento da fome com comida de verdade; 2) Governança Global na Área de Segurança Alimentar e Nutricional e sua captura corporativa: o que está em Jogo na perspectiva do Brasil?; 3) Comida é patrimônio: territórios do viver, produzir e comer; 4) Rumo À VI CNSAN.** Os InformaSSANs são baseados nas discussões das oficinas e buscam sintetizar o debate a partir de seus pontos principais, de forma a comunicar e se posicionar sobre os assuntos.

Promovida pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), a oficina Rumo à VI Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizada no dia 4 de dezembro, reuniu representantes de Fóruns e Coletivos Estaduais de SAN, delegados/as, participantes de conselhos estaduais, mobilizadores/as, organizações e movi-

mentos sociais parceiros que integraram a Conferência Popular, Autônoma de SSAN. A oficina orientou-se pelo objetivo de refletir sobre questões da agenda política nacional e promover uma escuta sobre prioridades a serem trabalhadas na Conferência fruto dos questionamentos, desafios e propostas das Conferências livres, estaduais e municipais.

Em mensagem de boas-vindas ao Consea em fevereiro deste ano, o FBSSAN saudou com muito entusiasmo a perspectiva de realização da 6ª Conferência Nacional em 2023, como importante momento de encontro, balanço, renovação, planejamento e celebração. E nessa oficina que reuniu cerca 109 pessoas, renovamos coletivamente nosso compromisso e grande expectativa com a chegada desse importante momento histórico que produzirá propostas para a preparação do III Plano Nacional de SAN e reconstrução dos caminhos da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e da efetivação do DHAA.

O presente InformaSSAN reproduz um comunicado enviado a mobilizadores do FBSSAN, organizações parceiras e delegados da VI CNSAN, por ocasião da CNSAN, e se baseia na Oficina “Rumo à VI CNSAN”.

UMA PROGRAMAÇÃO PARTICIPATIVA E MOBILIZADORA

Na apresentação de Mariana Santarelli, vimos como a metodologia participativa da Conferência expressa a retomada de exercícios da cidadania ativa como na construção coletiva do Manifesto a exemplo do que ocorreu na 5ª Conferência, assim como inova como o *ato ritual da participação popular cidadã* e as plenárias temáticas.

As atividades autogestionadas inscritas mostram a pujança e a atualidade de vários temas propostos em articulação de coletivos, redes e fóruns. Do total de 16 atividades inscritas, pudemos ouvir de representantes de organizações presentes na oficina uma breve apresentação sobre 3 delas, por Renato Maluf, Kota Mulangi e Mariana Santarelli.



ATIVIDADE	ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS	OBJETIVO
Alimentação Escolar com Comida de Verdade de Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais	FIAN Brasil, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Observatório da Alimentação Escolar	Promover o diálogo entre os representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais sobre as adequações das normativas para facilitação do acesso às compras públicas do Programa Nacional de Alimentação Escolar e os desafios de sua implementação, visando a troca de conhecimento e uma escuta atenta aos delegados indígenas e PCTs.
Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas na Reconstrução do Brasil	Rede PENSSAN, Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, Articulação Nacional de Agroecologia, Associação Brasileira de Agroecologia, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	Promover a interlocução e o debate sobre os referenciais gerais e centrais que vêm sendo apontados nos documentos oficiais e na pauta das organizações e movimentos sociais a propósito das estratégias no presente contexto. A perspectiva é a de colocar em discussão os significativos atribuídos à transição ecológica e energética, descarbonização, reindustrialização e promoção da bioeconomia, e propor iniciativas e estratégias coletivas para dar visibilidade aos impactos sociais, ambientais e climáticos dos modos de produção e sistemas alimentares geradores de desigualdades e que produzem doenças e insegurança alimentar e nutricional
Sistema Alimentar dos Povos Tradicionais de Matriz Africana em Foco	Fonsanpotma, Fiocruz, UFRGS, FBSSAN, Renafro, Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil, Associação das Quebradeiras de Coco, CONAQ, CNS, MDS, MDA, MMA, EMBRAPA, MIR, MPA	Dar visibilidade aos caminhos dos Povos e comunidades tradicionais desde a II Conferência Nacional de SAN até a VI conferência e novos caminhos com possibilidades e desafios em relação por exemplo ao Decreto 6040 e a definição lá colocada

APROFUNDAR O DEBATE DA AGENDA POLÍTICA NACIONAL DO GOVERNO

Muito significativo o diálogo presidido pela reafirmação da democracia e da cidadania. Foram expressos os problemas, dificuldades e desafios, mas também o reconhecimento de avanços e apresentação de propostas.

Nesse novo contexto é preciso falar sobre questões centrais da conjuntura que devem chegar na VI CNSAN. Temos inúmeras demandas importantes, bem sabemos, mas não podemos correr o risco de nos dispersarmos em sua análise, deixando de incidir nas diretrizes estratégicas do debate nacional, alertou-nos Renato Maluf.

No discurso do governo é tempo de reconstrução e também de mudanças. Depois de um período de autoritarismo com a desconstrução de políticas e permanente violação de direitos, vemos iniciativas de reconstrução de programas e políticas, a volta do Consea, a criação de novos Ministérios, etc. Um processo importante. Mas e as mudanças? Em que direção são as propostas do governo?

No âmbito da retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) o governo lançou o Plano de Transformação Ecológica (fala-se também de transição ecológica), que contém 6 eixos: (i) finanças sustentáveis que incluem o

mercado de carbono; (ii) adensamento tecnológico; (iii) bioeconomia que inclui a ampliação de concessões florestais, fusão do Plano Safra com a Agricultura de Baixo Carbono, pagamento por serviços ambientais; (iv) transição energética; (v) economia circular; (vi) infraestrutura e adaptação climática. São vários documentos do governo que falam sobre esses eixos. No Plano Plurianual 2024-2027, por exemplo, na parte relativa ao eixo 2 sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, à título de exemplo, um dos objetivos estratégicos fala em promover a industrialização (também chamada de neointustrialização) em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia. Outro objetivo fala em fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, como se fossem sinônimos. E a tão propalada a agricultura de baixo carbono aplica algumas técnicas menos destrutivas do solo, mas sem reverter o modelo agroquímico dominante.

Essas propostas que se gerem pelos princípios do mercado, maquiado com a denominação de economia verde nos chamam a aprofundar seus significados. A relação entre essas diretrizes e seus impactos no contexto da crise alimentar e crise climática requer nossa atenção. Durante o debate, foram ob-

jeto de fortes críticas, por exemplo, as propostas de transição energética baseada nos parques eólicos. Ouvimos a denúncia sobre a desterritorialização do povo do campo, violando o DHAA tanto no que diz respeito ao acesso como à produção de alimentos. A aprovação do pacote do veneno, no Senado (PL 1459/2022) , nesta semana, está associada à expansão do agronegócio

com o adoecimento da população e os impactos no meio ambiente. A referência aos crimes das mineradoras e a tragédia atualmente em Maceió sinalizam para situações que produzem fome e

destruição ambiental. Por outro lado, não há nenhuma referência, à agroecologia que busca sistemas alimentares saudáveis e resilientes como saída para as crises alimentar e climática. É preciso atenção para os diferentes rumos e impactos do que se caracteriza como transição ecológica ou transformação ecológica que não é o mesmo que transição agroecológica. Como disse uma das participantes é um modelo de desenvolvimento que impacta a fome.

MOVER-NOS COM OS NOSSOS REFERENCIAIS

Renato Maluf, destacou a importância de afirmar nossos referenciais e a partir deles debater criticamente sobre as estratégias do governo. Como enfrentar a fome e a má nutrição com a comida de verdade? Aí está o coração da intersectorialidade, afirmou.

O combate às desigualdades e iniquidades, o direito à água, a nossa rica sociobiodiversidade, a questão das mudanças climáticas, a importância dos sistemas alimentares saudáveis, foram exemplos sublinhados por Renato.

As reflexões coletivas foram adensando os sentidos e conteúdos, mostran-

do como a abordagem dos direitos nos move. Falar do direito à água, trouxe à tona as denúncias sobre a privatização da água, sobre a necessidade de dar visibilidade à sua garantia para uso doméstico pelas mulheres. Quando se falou sobre sistemas alimentares saudáveis, foi acrescido o sentido e a importância dos sistemas alimentares regionalizados baseados nas culturas alimentares identitárias, relacionando com a nossa sociobiodiversidade. Entre nossos referenciais, destacaram-se também a saúde coletiva e sua relação com a alimentação; a defesa do direito à terra, território e reforma agrária, associada à promoção da agroecologia contribuindo para romper com iniquidades e desigualdades.

FORTALECER O SISAN

O debate apontou sob vários aspectos a vulnerabilidade e fragilidade do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e a necessidade de sua reconstrução e fortalecimento. As reflexões introduzidas por Débora Rodrigues, presidenta do Consea da Bahia, foram dirigidas sobretudo para o âmbito municipal.

“

Assegurar a transparência e pluralidade da participação social



Um primeiro aspecto da fragilidade diz respeito à participação social, que não é reconhecida em muitos municípios. Há situações reveladoras da dificuldade de convencer os prefeitos sobre a representação da sociedade civil nos conselhos. Alegam muitas vezes não haver organizações sociais e a representação nos conselhos acaba ficando centralizada nos gestores e gestoras.

Na dinâmica de preparação da conferência nacional, ocorreram dificuldades em alguns estados e municípios. Pressão social, mobilização e notas de repúdio foram necessárias para que

fosse convocada a conferência. Há exemplo também de Consea estadual que foi reativado quando a sociedade civil recorreu ao Ministério Público.

As relações clientelistas e determinação da filiação ideológica influenciam os critérios de participação como no caso, que veio à tona, de uma pessoa de instituição pública, que foi preterida, para dar lugar a outra pessoa como delegada da VI Conferência. Mas houve também o alerta sobre ocorrências de manifestações antidemocráticas preconceituosas em relação às falas que expressam controvérsias.

Outro problema apontado diz respeito à participação como representantes da sociedade civil em Conseas Estaduais e Municipais de pessoas em cargo comissionado, o que não cabe. São exemplos que apelam para a necessidade de definir com bastante nitidez e transparência os critérios de participação.

No âmbito nacional, foi reafirmada também a perspectiva de participação de representações nacionais no Consea de segmentos que representam nossa pluralidade étnica com seus movimentos sociais, além de fóruns e redes.

“

Como construir a cultura do SISAN nos municípios?



Com uma reflexão bem instigante, Débora nos perguntou onde está a materialidade do SISAN, nos municípios. E acrescentou: as pessoas sabem que o SUS está lá no Posto Médico. E o SISAN, onde está? Falta a compreensão das pessoas que equipamentos de SAN como os restaurantes populares, por exemplo, são do SISAN. As prefeituras executam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas não sabem que é parte do SISAN. Há um deslocamento entre programas e SISAN. O PAA sempre foi ligado ao Conselho de Assistência Social e dá os pareceres”. Há preocupação em garantir o DHAA pelo poder público, mas sem associar com o SISAN, acrescentou outra participante.

É um debate bem importante, porque ele traz à tona vários aspectos: o entendimento sobre quais são programas que dizem respeito ao SISAN; o vínculo entre este sistema e o SUS e também o SUAS, e ainda, como se relaciona com a questão de financiamento com mecanismos exequíveis e acompanhados de controle social.

E como uma das respostas, houve o reconhecimento da necessidade de qualificar a participação social, por isso, enfaticamente várias pessoas sublinharam a importância das atividades de formação de conselheiros (as) tanto da sociedade civil como de gestores (as), assim como a elaboração de material educativo, para o conhecimento dos programas, da legislação. Em resumo é preciso conhecer melhor a estruturação do SISAN e o papel dos municípios.

Outros aspectos bem sublinhados por Débora dizem respeito ao aprofundamento da relação interfederativa, que precisa ser melhor tratada, assim como retomar o debate sobre a pactuação bipartite e tripartite. E ainda, empreender trabalho de sensibilização para as prefeituras aderirem ao SISAN.

E em meio às reflexões sobre esses desafios, falou-se da importância de mecanismos de proteção do SISAN, para não ficar submetido às mudanças de governo.



A materialidade dos programas



Os programas conferem a materialidade ao SISAN. E no debate, foram destacados, à título de exemplo, alguns deles executados nos municípios, como programas basilares na expressão de Renato Maluf. Falou-se no PNAE, no PAA; foi lembrado o importante Programa de cisternas; falou-se também no avanço da proposta da Política de Abastecimento Alimentar que deverá ser lançada na VI Conferência. Mas é fundamental que não haja descontinuidade dos programas, e por isso a ação e mobilização social junto às prefeituras é necessária.

Embora vários programas estejam sendo retomados, foram feitos alguns alertas e propostas:

Superar os mecanismos de iniquidade que fazem com que programas de política pública não cheguem às populações LGBTQIA+; não cheguem às comunidades tradicionais, povos indígenas, quilombolas, extrativistas, enfim, é preciso superar o racismo estrutural tanto na formulação de propostas como nas propostas já existentes.

Apoiar as propostas apresentadas pela Mesa de Negociação Catrapovos que vem para romper bloqueios de exigências de documentos e as exigências da legislação sanitária, visando favorecer a participação desses povos no PNAE e PAA; Adotar perspectiva sistêmica no horizonte do alcance do DHAA de modo Intersetorial pelos governos estaduais e municipais para fortalecer a gestão da SAN local e regionalmente, e a construção dessa percepção junto aos titulares de direito dos Programas.

Incentivar que na execução do PNAE seja incorporado nos currículos escolares a educação alimentar e os sentidos da alimentação saudável. Mobilizar a comunidade escolar e as organizações sociais contra a terceirização da alimentação escolar.

Ao final de nosso debate foram ainda destacadas propostas como:

A garantia do trabalho com direitos assegurados está associada ao DHAA e por isso requer crítica à proliferação da precarização do trabalho e à ênfase no empreendedorismo com seu viés neoliberal;

Avançar com a comunicação nas redes com divulgação da agroecologia e a soberania alimentar; educação alimentar e nutricional; divulgação do guia alimentar. Precisamos ocupar as mídias e fazer um contraponto ao agronegócio, disse uma das participantes.

Finalizando, é urgente e necessário fortalecer o papel regulador do Estado na proteção e promoção do DHAA e da Soberania Alimentar, que devem estar sempre acima dos interesses de mercado. Levemos para a VI Conferência propostas afirmativas, mas também o que queremos ver revogado como a Lei da grilagem e o que queremos ver vetado como o PL do Veneno. E por isso vamos conclamar os participantes ao grito de “Veta Lula”.

Editoria e Texto: Maria Emília Pacheco (FBSSAN)

Mediação da Oficina: Vanessa Schottz (FBSSAN) e Rosemberg Caitano (APNs/FBSSAN/Consea-ES);

Falas inspiradoras: Mariana Santarelli (FBSSAN/FIAN); Debora Rodrigues (Consea-BA); Renato Maluf (FBSSAN)

Organização da Oficina: Kaio Rodrigues (FBSSAN)